

Os empresários e o governo Collor

BERNARDINO PIMENTEL MENDES



Houve, até agora, dois governos Collor em um só. O primeiro, o da posse, do arrobo juvenil, discurso inflamado, imponente, com preocupação tão acentuada em combater a inflação que provocou escolhas precipitadas para o Ministério. O segundo, mais recente, sereno, introspectivo, que reformulou o Ministério, criando uma nova equipe, capacitada e já testada, em condições de governar dentro dos limites da Constituição, obter apoio político e atender os anseios da Nação.

O discurso do presidente da República, nos últimos dois anos, atendeu a expectativas generalizadas. Enfatizou a liberação e a modernização do País, confundindo-se com os grandes ideais do empresariado brasileiro. Em consequência, provocou, de início, forte dose de entusiasmo e otimismo. Entre o discurso e a prática, porém, a distância superou as fantasias de qualquer imaginação privilegiada.

A grande intervenção na economia com um confisco inédito na história nacional contrariou a política liberal do governo Collor. Uma equipe jovem, inexperiente, traçou diretrizes que não convinham à economia brasileira e as colocou em prática. O resultado veio de imediato: decepção generalizada seguida de má gestão administrativa, falta de recursos para projetos prioritários, impasse nas negociações da dívida externa,

déficit público elevado, exportações em declínio e uma inflação longe de ser contida com uma única bala. Resultado: descrédito nas instituições e seus representantes.

Hoje, o momento é outro. Os problemas estruturais do País ainda não foram resolvidos, alguns nem sequer equacionados, mas a reformulação ministerial trouxe esperanças para a superação da crise associada à promessa do presidente Collor de não editar novos pacotes e repelir choques e congelamentos. Agora, discurso e prática estão coerentes com a abertura da economia, liberação de preços, combate à inflação, retomada do crescimento, estímulo à produção e redução geral de custos.

Mudanças bruscas e posições intempestivas mostraram-se inúteis e cederam lugar a uma nova estratégia: o governo volta-se para a socie-

Economia Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

11 ABR 1992

dade e busca a classe empresarial como interlocutora para superação da crise e eliminação da recessão. Na verdade, não há alternativa: a economia de mercado, a modernização, o aumento da competitividade e qualidade dos produtos nacionais contam, hoje, com o apoio da sociedade brasileira.

Os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Clube de Paris aproximaram a economia brasileira da internacional, aumentando a confiança dos agentes estrangeiros e facilitando a aplicação no País de novos recursos externos. O governo deve concentrar, agora, suas prioridades nos programas sociais para que a situação da população não se agrave ainda mais, ameaçando as instituições como acontece na Venezuela.

O programa de privatização tem de prosseguir a exemplo

do diálogo desenvolvido pelo ministro Marcílio Marques Moreira, do saneamento das contas do governo, da modernização da economia realizada por meio da abertura comercial e da desregulamentação. Acabar com o déficit público também é muito importante, reduzindo as alíquotas em vez de elevá-las e aumentando a massa de contribuintes. Administrar com austeridade é reduzir gastos, limitando-os à receita. O empresariado brasileiro está otimista mas não perdeu o senso de realidade. Sabe que dificilmente a inflação chegará logo a um dígito. Mas reconhece que o governo merece um novo crédito de confiança. Afinal, o País é maior que a crise.

■ Bernardino Pimentel Mendes é vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), presidente da Azevedo & Travassos S.A. e foi presidente do Instituto de Engenharia.

